

Informe Ambiental

FIESP **CIESP**

Informativo Ambiental do Departamento de Meio Ambiente (DMA)
da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Edição 104 – Abril de 2015

cdma@fiesp.com – www.fiesp.com.br – twitter.com/FiespAmbiental | 11 3549.4675 – 11 3649.4237

Campanha Água na Medida já distribuiu 452 mil kits com redutores de vazão de água no Estado de São Paulo

Ao todo serão distribuídos 1,5 milhão de kits, totalizando 6 milhões de redutores.



A Campanha Água na Medida completou dois meses desde o seu lançamento em Março/15, com a distribuição de aproximadamente 200 mil kits à população na Av. Paulista e 252 mil kits entregues diretamente a instituições diversas. Cada kit possui quatro redutores de vazão de ½ polegada.

As ações da campanha foram planejadas de forma a facilitar o acesso da sociedade a esse pequeno dispositivo plástico, que se instalado, pode trazer uma redução de até 50% da vazão de água de uma torneira ou chuveiro, contribuindo para o uso eficiente desse recurso em diferentes tipos de edificações como casas, condomínios, prédios comerciais, escolas e indústrias.

Desde seu lançamento, em 05 de março de 2015, a campanha contou com um stand na calçada da Av. Paulista, em frente à sede da Fiesp, onde foi possível visualizar a economia promovida pela instalação do redutor e sua eficiência ao se comparar o volume de água acumulado em um tanque de demonstração com uma torneira com a peça instalada e outra sem redutor. Nessa região a campanha alcançou, inclusive, usuários da Linha

Verde do Metrô com a distribuição de 7.500 kits, nas estações Consolação, Trianon-MASP, Brigadeiro e Paraíso. Com funcionamento diário, o stand e as distribuições no Metrô contemplaram aproximadamente 100 mil pessoas em dois meses.

Além da distribuição realizada na Avenida Paulista, os kits foram entregues para o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, Polícia Militar e Ambiental, Exército Brasileiro, companhias de abastecimento e saneamento básico, instituições de ensino, prefeituras, hospitais, condomínios residenciais, indústrias e em vários locais com alta concentração de pessoas, como a Feira do Empreendedor organizada pelo Sebrae e, também em eventos do setor produtivo, comunidades e esportivos.

A campanha foi destaque em matérias veiculadas em rádio, internet, mídia impressa e programas televisivos transmitidos pelas emissoras Rede Globo, TV Cultura, TV Câmara, TV Gazeta e RIT.

O próximo passo da campanha será a ampliação da área de distribuição, contemplando cidades no interior de São Paulo, por meio das Diretorias Regionais e Distritais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp.

Número de kits distribuídos	
Indústrias	47.152
Casas / Condomínios Residenciais	5.135
Fóruns Ambientais	10.150
Escolas / Faculdades	4.560
Feiras / Eventos	108.530
Sindicatos	6.250
Prefeituras	18.500
Órgãos Públicos	15.710
Outras Entidades	11.913
Polícia Militar do Estado	24.100
Distribuição Av. Paulista	200.000
Total de 452.000 kits	

Campanha Água na Medida

Distribuição de redutores demonstram compromisso da Fiesp e do Ciesp com o desenvolvimento sustentável e com a conservação dos recursos naturais.

Nos dois meses de Campanha Água na Medida, a entrega de redutores para a população em geral e para diferentes entidades demonstra nosso engajamento em prol de um objetivo único, de juntos enfrentarmos a crise hídrica em São Paulo.

Alguns destaques da Campanha:

05 de Março, Sede da Fiesp

O Presidente Paulo Skaf lança a Campanha Água na Medida com a abertura do stand para entrega de kits em frente ao prédio da Fiesp e nas estações Consolação, Trianon-MASP, Brigadeiro e Paraíso da Linha Verde do Metrô, totalizando a distribuição de 200 mil kits para a população.

“Maria dos Santos, dona de casa, moradora da Zona Norte de São Paulo parabenizou os alunos da escola Senai pelo desenvolvimento do redutor, que será utilizado em sua residência em conjunto com as ações de conservação e reuso de água que já pratica”. Veja o Vídeo da entrevista realizada pela TV Fiesp com Maria dos Santos: <https://goo.gl/CEPIHA>.

Prefeitura de Mairiporã

Visando à distribuição de redutores a 8 mil famílias, por meio de alunos da rede de ensino da cidade de Mairiporã, a Fiesp e o Ciesp entregam kits com redutor de vazão de água à Secretaria de Relações Institucionais do município.

“É de fundamental importância multiplicar as informações sobre a grave situação do abastecimento de água que enfrentamos atualmente. Somente com a colaboração e envolvimento de todos conseguiremos obter sucesso na resolução dessa grave questão”, declarou o prefeito Dr. Marcio Pampuri em matéria do website da Prefeitura Municipal de Mairiporã.

Prefeitura de Monte Alto

Entrega de 3 mil kits o vereador Jose Claudio Inforçatti Bicudo da Prefeitura de Monte Alto, que estão à disposição da população da cidade. “Agradeço à Fiesp e ao Senai por mais esta parceria que traz benefícios para a população, pois o uso racional da água é importante”, comentou o vereador para o Jornal Monte Alto Agora.

Polícia Militar Ambiental

Nelson P. Reis, diretor do DMA da Fiesp, entregou 2 mil redu-



Foto: Ayrton Vignola/ Fiesp

Presidente Paulo Skaf no stand montado na frente da Fiesp para distribuição dos kits.



Foto: Everton Amaro/ Fiesp

Fila no stand montado na frente da Fiesp para distribuição dos kits.



Foto: Everton Amaro/ Fiesp

Diretor Nelson dos Reis entregando os kits para a Polícia Militar Ambiental

Campanha Água na Medida

tores ao Comandante Geral da Polícia Militar Ambiental do Estado, Coronel Renato Cerqueira Campos. Os redutores serão utilizados em 114 quartéis.

Corpo de Bombeiros

O Presidente Paulo Skaf entregou sete mil kits de redutores de vazão de água ao Coronel do Corpo de Bombeiros, Cássio Roberto Armani.

Polícia Militar

A Fiesp entrega 20 mil redutores para instalação nas torneiras dos 1.300 quartéis da Polícia Militar.

Guarda Civil Metropolitana (GCM) do município de São Paulo

Os 700 redutores de vazão foram entregues à GCM foram instalados nas inspetorias Regionais da Avenida Paulista, Bom Retiro, Consolação/Pacaembu, Mooca, Sé e a sede do Comando Operacional Centro. Entre outras medidas para redução do consumo de água, segundo a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, também foram adotadas pelo Comando Centro, a instalação de temporizadores em cerca de 90% das torneiras e chuveiros de suas unidades subordinadas.

12º GAC- Grupo de Artilharia e Campanha

Teve início, na unidade militar 12º GAC - Grupo de Artilharia e Campanha, em parceria com o CIESP Jundiaí, de implantação dos redutores de vazão nas torneiras. O 12º GAC tem a meta de reduzir em 20% a captação de água da rede pública, estabelecida como diretriz do Comando Militar do Sudeste, sede em SP, para reduzir o consumo de água. A entrega dos redutores foi feita em uma solenidade com participação do Diretor Titular do CIESP Jundiaí, Sr. Mauritius M. F. Reisky Von Dubnitz, e do Tenente Coronel Messias Siqueira Mendes Barbosa.

Dia Mundial da Água

O time feminino de vôlei do Sesi jogou com uniforme especial contra o Brasília durante as quartas de final da Superliga Feminina 2014/2015 no ginásio da Vila Leopoldina, em São Paulo. O Ginásio da Vila Leopoldina foi todo ambientado com a Campanha "Água na Medida" e foram distribuídos ao longo das partidas da semi e da final da competição, 4 mil redutores aos torcedores. A partida foi transmitida pelo SporTV.

Semi Final e Final da Superliga Masculina do Vôlei

Na semifinal que ocorreu no ginásio da Vila Leopoldina e tam-



Foto: Ayrton Vignola/ Fiesp

Presidente Paulo Skaf entregando os kits para o Corpo de Bombeiros.



Foto: Everton Amaro/ Fiesp

Entrega dos kits para a Polícia Militar.



Foto: Fiesp

Entrega dos kits para o 12º Grupo de Artilharia e Campanha

Campanha Água na Medida

bém na final realizada no Mineirinho, em Belo Horizonte (MG), o time de vôlei masculino do Sesi jogou com o uniforme produzido especialmente para a Campanha Água na Medida. A final teve transmissão ao vivo pela TV Globo, canal SporTV e da Rede TV.

Outros Eventos

A distribuição de redutores de vazão de água também ocorreu em eventos realizados pela Fiesp e pelo Ciesp, de forma a contemplar públicos diversos em todo o Estado de São Paulo.

Evento	Local
Meu Ibirá	Parque Ibirapuera
Rodada de Negócios	CIESP- Vinhedo/SP
15ª EBRATS - Encontro e Exposição Brasileira de Tratamentos de Superfícies	Expo Center Norte
Seminário de Segurança Hídrica	Sede da Fiesp
Construbusiness - 11º Congresso Brasileiro da Construção	Sede da Fiesp
Treinamentos do Cadastro Técnico Federal – CTF do Ibama	CIESP Oeste/SP, Guarulhos e Diadema
Feicon - 20º Salão Internacional da Construção	Anhembi
XVI Fimai - Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade	Expo Center Norte
Exposição Leonardo Da Vinci	Galeria de Arte Sesi
Teatro do Sesi	Av Paulista



Foto: Ayrton Vignola/ Fiesp

Presidente Paulo Skaf compareceu às quartas de final da Superliga Feminina 2014/2015 no ginásio da Vila Leopoldina



Foto: Helcio Nagamine/ Fiesp

Time feminino de vôlei do Sesi no Ginásio Vila Leopoldina



Foto: Ayrton Vignola/ Fiesp

Time masculino de vôlei do Sesi no Ginásio Vila Leopoldina na Semi Final e Final da Superliga Masculina do Vôlei

Saiba como colaborar com a redução do consumo de água em www.fiesp.com.br/agua-na-medida

Campanha Água na Medida

A indústria está fazendo a parte dela. E você já fez a sua?

Segundo os Departamentos de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, ao menos 65% das indústrias do Estado de São Paulo fazem reúso de água. Como reflexo dessa boa prática e outras, desde 2002, a indústria reduziu em 47% a água que consome na região dos Comitês PCJ, com base nos volumes autorizados de uso da água superficial e subterrânea.

“Com o trabalho intenso de uso eficiente da água que tem sido feito, a indústria reduz cada vez mais a sua demanda e também os impactos provenientes da atual crise”, disse Nelson P. Reis, diretor titular dos Departamentos de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Desta forma, segundo Anicia Pio, gerente de Meio Ambiente da Fiesp “Além de fazermos a nossa lição de casa, também estamos preocupados com a nossa responsabilidade perante a



sociedade, de fornecer informações técnicas sobre como as pessoas em suas casas, escritórios, e nas escolas podem ajudar a reduzir o consumo neste momento de crise”.

Recursos Hídricos é tema de apresentação na Ajinomoto



No dia 2 de abril, o DMA realizou palestra sobre a situação dos recursos hídricos no Estado de São Paulo, na sede da empresa.

Estiveram presentes os Diretores do Ciesp de Limeira, Wagner Zutin Furlan, Flaminio de Lima Neto, o gerente Antonio Eduardo Francisco e o gerente da empresa Ademir Matos.

Seminário Internacional sobre Gestão da Água em Situações de Escassez

Evento promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em São Paulo/SP. No evento, foram apresentadas experiências bem-sucedidas de oito países, emblemáticos no enfrentamento de problemas relacionados à falta de água e na gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seminário “Crise Hídrica e Energética – Soluções e Desafios”

Durante o evento da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST em São Paulo/SP, o DMA realizou apresentação contextualizando o cenário atual de abastecimento das regiões mais afetadas pela escassez e, principalmente, os avanços que a indústria paulista obteve nos últimos anos na redução do consumo.

15º Encontro e Exposição Brasileira de Tratamento de Superfície (EBRATS)

Nos dias 08, 09 e 10 de abril, o DMA e o Sindicato da Indústria de Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies do Estado de São Paulo – SINDSUPER, participaram da 15º EBRATS realizada no Expo Center Norte em São Paulo/SP. Durante a feira o DMA distribuiu redutores de vazão e esteve à disposição para orientação em relação às dúvidas sobre técnicas para conservação e uso de recursos hídricos.

Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI - COEMA

COEMA debate norma de responsabilidade socioambiental com o setor financeiro em reunião realizada na Fiesp

No dia 28 de abril, na primeira reunião do ano da regional Sul-Sudeste do Conselho, representantes da indústria brasileira e do setor financeiro debateram a política de responsabilidade socioambiental para as instituições financeiras. A conclusão das duas partes é de que esta é uma discussão fundamental para a competitividade do setor produtivo.

Para o secretário-executivo do Coema, e gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Shelley Carneiro, a Resolução 4.327/2014, do Banco Central, que cria diretrizes para o estabelecimento e a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras, precisa ser aplicada sem aumento da burocracia. Na avaliação dele, é fundamental que os bancos padronizem suas análises, assim como as empresas estruturarem cada vez mais suas ações de sustentabilidade.

“Estamos começando a discutir o assunto, que é complexo. De um lado, o setor industrial tem as suas preocupações, com a ideia de que esta legislação venha somar e não diminuir a nossa competitividade. De outro lado, o setor financeiro pode ter um problema em ter como parceiro uma empresa que não atende os aspectos ambientais e sociais. Existem interesses de um e de outro. É isso que estamos tentando interligar, para nos ajudar mutuamente, e trazer um modelo que seja realmente útil para o setor industrial”, destacou Carneiro. De acordo com Antônio Marcos Guimarães, assessor do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central, a resolução não



Foto: Helcio Nagamine/FIESP

significa um risco novo para o setor produtivo, mas uma oportunidade para empresas que têm responsabilidade ambiental.

A superintendente de Sustentabilidade do Banco Santander, Linda Murasawa, frisou que quanto mais boas práticas a empresa comprovar, mais baixo o risco para o banco e maior a chance de um financiamento para o projeto. Para Mário Sérgio Vasconcelos, diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), “as questões socioambientais inserem-se, em definitivo, no dia a dia dos negócios, contribuindo para a viabilização do desenvolvimento sustentável”, afirmou Vasconcelos.

Agência Indusnet Fiesp

Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp – COSEMA

Em reunião do Cosema Secretária de Meio Ambiente de SP, Patricia Iglecias afirma que pretende proteger 6 mil km de cursos d'água



Foto: Helcio Nagamine/FIESP

A Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Patricia Iglecias Lemos, afirmou nesta terça-feira (28/4) que sua gestão buscará não só desenvolver projetos ambientais, mas, acima disso, entregar resultados. “Por meio de 6,3 milhões de mudas de espécies nativas, vamos restaurar cerca de 20 mil hectares de matas ciliares e proteger seis mil quilômetros de cursos d'água com investimentos públicos e privados. As ações abrangem as bacias hidrográficas do Alto Tietê, Paraíba do Sul e Piracicaba/ Capivari/ Jundiaí, regiões que concentram mais de 30 milhões de habitantes e que são consideradas como prioritárias”, disse Patricia. A Secretaria lançou recentemente o “Programa Nascentes”, projeto de restauração ecológica que tem como objetivo proteger as mais importantes bacias

hídricas do Estado. Segundo Patricia, as matas ciliares, vegetações próximas às margens dos rios, são tão importantes para a proteção dos rios quanto os cílios para os olhos. A iniciativa faz parte de uma série de projetos que a Secretaria reuniu com cinco focos principais de atuação. Restauração e conservação ecológica, redução da “pegada” ambiental, vulnerabilidade ambiental e mudanças climáticas, gestão e conservação da fauna silvestre e licenciamento ambiental.

Anne Fadul, Agência Indusnet Fiesp

Treinamento sobre Cadastro Técnico Federal

O DMA em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizaram no CIESP Diadema/SP, no dia 8 de abril, o treinamento sobre **Cadastro Técnico Federal (CTF)**, exigência obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, que contou com a presença do Diretor da DR e da Secretária de Meio Ambiente de Diadema.

No evento, foram entregues redutores de vazão para as torneiras e material informativo da Campanha Água na Medida, assim como, a nova Cartilha do Licenciamento Ambiental Fiesp/Ciesp.



Segue agenda do próximo treinamento e contato para mais informações:

10/06/2015 – CiespP Sorocaba

Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, 3.260 Alto da Boa Vista

Tel - (15) 4009-2900

ciesp@ciespsorocaba.com.br

DMA participou da Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos – CRH

Aconteceu em 22 de abril, a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, no Palácio dos Bandeirantes, na qual foram debatidas e aprovadas as seguintes deliberações:

Deliberação CRH 169: referenda a proposta dos valores dos Preços Unitários Básicos (PUB), da cobrança pelo uso da água, nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ.

Deliberação CRH 170: referente à aprovação da proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelo uso da água na Bacia do Pontal do Paranapanema – CBH-PP.

Deliberação CRH 171: referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema.

Deliberação CRH 172: aprova proposta de minuta do



Foto: CRH/2015

Anteprojeto de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras – APRM-ATC.

Deliberação CRH 173: aprova os quadros de metas de Gestão de Águas no Âmbito do Sistema Estadual.

Notas Informativas

MMA assina acordo com a Coreia para financiar projeto de gestão de resíduos sólidos

Na busca do incentivo a soluções compartilhadas entre municípios para o manejo adequado de resíduos sólidos, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) firmou acordo de cooperação técnica bilateral Brasil/República da

Coreia em gestão de resíduos sólidos. Seguindo critérios preestabelecidos, o MMA vai selecionar 1 consórcio público intermunicipal que atue na gestão de resíduos sólidos para sediar projeto na região sob sua jurisdição. A República da Coreia custeará o projeto selecionado, que deverá ser executado em 14 meses a contar do seu início.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>

MMA aprova o documento que traz medidas de controle das substâncias conhecidas como POP

O governo brasileiro enviará ao Secretariado da Convenção de Estocolmo, do qual o Brasil faz parte, o texto final do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos

Persistentes (POP). Lançado em 8 de abril, o documento traz medidas de controle relacionadas ao uso, à produção, à importação, à exportação e à disposição final de substâncias poluidoras, conhecidas como POP. O trabalho coletivo de elaboração do plano foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e contou com a participação direta de mais de 400 especialistas no tema, que formaram diversos grupos técnicos interinstitucionais, integrados também por representantes dos órgãos setoriais federais e estaduais de meio ambiente, de agricultura e de saúde,

de entidades de classe, de organizações não governamentais de meio ambiente e de saúde, além de associações da indústria e da academia.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>.

Negociações da UNFCCC: Relatório final da consulta à sociedade civil brasileira

O Ministério das Relações Exteriores publicou em 17 de abril, o relatório final da consulta à sociedade civil brasileira para subsidiar o processo de preparação da "contribuição nacionalmente determinada" que o

Brasil levará às negociações no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O relatório deverá orientar o processo de tomada de decisão, pelo Governo Federal, sobre a contribuição que o Brasil apresentará nas negociações do novo acordo sob a Convenção. O documento pode ser acessado pelo link:

<http://goo.gl/8cRSZU>

Fonte:

<http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/>

Fóruns Ambientais

Os Departamentos de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp têm como um de seus principais objetivos defender os interesses do setor industrial paulista em colegiados. Para tanto, os Departamentos concentram esforços na representação e participação em fóruns, comissões, conselhos, comitês, entre outros, de caráter deliberativo, normativo e/ou consultivo, de natureza governamental, empresarial ou do terceiro setor.

Veja a seguir os fóruns, debates e atividades com as quais os Departamentos estiveram envolvidos no período de 1 a 30 de abril de 2015.

Federais

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Rede de Recursos Hídricos

Ocorreu em Brasília a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre cobrança do uso da água. Os representantes do DMA da Fiesp, da Agência Nacional de Águas (ANA), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Ministério da Indústria e comércio (MDIC) discutiram a elaboração de um programa de trabalho para o grupo, e selecionaram três temas: acesso aos recursos da cobrança pelo setor industrial, impactos da cobrança no setor e adoção de mecanismos de incentivo às boas práticas.

O DMA também esteve presente nas reuniões do Grupo de Trabalho sobre Demandas Hídricas do Setor Industrial, nas quais foram discutidos: proposta de agenda, plano de trabalho do GT e a viabilidade de uso de bases de dados de

Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) para complementar lacunas e atualização da matriz de coeficientes técnicos de uso da água no Brasil.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CT-PNRH)

A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos se reuniu em Brasília/DF para dar continuidade na agenda que tratará da revisão dos 04 volumes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, para tanto, nesta primeira reunião foram discutidos o conteúdo e aderência do Relatório de Conjuntura de recursos hídricos ao Volume I e o parecer da CTPNRH para a implementação do Plano.

Estaduais

Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

Grupo de Trabalho da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

O Grupo de Trabalho interno da Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob) do Conselho Estadual de Recursos

Hídricos – CRH reuniu-se duas vezes no mês de abril, em São Paulo/SP, para discutir os procedimentos e conteúdo para elaboração de nova resolução relacionada a revisão da cobrança no Estado.

Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais (CTAJI)

O DMA esteve presente na reunião realizada em São Paulo/SP, para análise da minuta de Deliberação CRH que aprova os Quadros de Metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO para o Estado de São Paulo.

Grupo Técnico Guarani – GT-Guarani / CTAS

O DMA participou da reunião realizada em São Paulo/SP do Grupo de Trabalho Guarani subordinado a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, para discussão e organização do Seminário sobre o Aquífero Guarani com foco no debate das ferramentas e instrumentos que visem a proteção deste aquífero.

Área de Proteção Ambiental (APA) – Conselho Gestor - CG

Reunião do Conselho Gestor da APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá – Perímetro Tejupá

Na reunião do Conselho Gestor da APA – Perímetro Tejupa, na cidade de Taguaí/SP, foram discutidas as metas e ações para 2015.

Esta APA tem uma área de 158.258,70 ha, que envolve os municípios Barão de Antônia, Coronel Macedo, Fartura, Itaporanga, Pirajú, Sarutaia, Taguaí, Taquaretuba, Tejupá, Timburí, e foi estabelecida pelas seguintes normas legais: Decreto nº 20.960, de 08.06.1983, Deliberação CONSEMA nº 142, de 12.12.1986, Resolução SMA s/n, de 11.03.1987.

Reunião do Conselho Gestor da APA Várzea do Rio Tietê - APAVRT

Na 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da APAVRT foi apresentada a nova gestora da unidade, Sra. Andressa Flosi, designada pela Portaria FF nº 050/2015 (Fundação Florestal), e apresentadas as respostas da Fundação Florestal quanto as solicitações provenientes do relatório do Ministério Público relator do Plano de Manejo da APAVRT na Comissão de Biodiversidade e Recursos Naturais/CONSEMA.

A APA Várzea do Rio Tietê tem uma área de cerca 7.400 ha, envolvendo os municípios de Barueri, Biritiba Mirim, Carapicuíba, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Osasco, Poá, Salesópolis, Santana do Parnaíba, São Paulo, Suzano, e foi estabelecida pelas seguintes normas: Lei Estadual nº 5.598, de 06.02.1987, e pelos Decretos nº 37619, de 06.10.1993 e nº 42.837, de 03.02.1998.

Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração (Comin)

3ª Reunião Plenária

Na 3ª reunião Plenária do Comin foram apresentados os resultados da reunião realizada entre os representantes do setor mineral e a Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de avaliar o substitutivo do projeto de lei que dispõe sobre o Marco Regulatório da Mineração. Na mesma ocasião foram informados alguns assuntos ambientais de interesse da mineração, com destaque para os trabalhos da Câmara Ambiental da Mineração da Cetesb.

Municipais

Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Na reunião foram apresentados os trabalhos realizados pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do Município de São Paulo referentes a elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA, que em abril encontravam-se na etapa de elaboração de um diagnóstico participativo.

A próxima etapa consiste na construção do Plano de Ação para implementação do PMMA. Também se informou sobre a realização do MSUR – Colóquios Sul Americanos sobre cidades metropolitanas, organizado pela Prefeitura de São Paulo e a Comissão Econômica da América Latina para o Caribe (CEPAL).

Fundo Municipal de Logística Reversa e Inclusão dos Catadores da Prefeitura Municipal de São Paulo

Conselho Gestor

O DMA, como membro titular do Conselho Gestor do Fundo, participou da reunião ordinária realizada na sede da

Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb), para posse do presidente e discussão entre outros assuntos, da prestação de contas do agente operador e da operação das centrais mecanizadas.

Grupos de Meio Ambiente do Ciesp – GMA-CIESP

Franca

Na reunião do Núcleo do Meio Ambiente o DMA fez uma apresentação sobre a ISO 14001 e sobre a Campanha “Água na Medida” de distribuição de redutores de vazão de água.

Matão

Os Grupos de Meio Ambiente – GMA da Diretoria Regional do Ciesp de Matão se reuniu para discutir estratégias para o gerenciamento da escassez de água na indústria na região, as ações no Comitê de bacia hidrográfica Tietê/Batalha – CBH-TB e o processo de cobrança pelo uso da água.

Marília

Na reunião realizada na Diretoria Regional de Alta Paulista e do GMA, em Marília, o DMA apresentou o panorama de resíduos sólidos do Estado de São Paulo e Brasil, a Logística Reversa e a NBR 10004:2004 – Classificação de resíduos da ABNT.

Presidente Prudente

O DMA apresentou na reunião os procedimentos para obtenção do Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental (CADRI) emitido pela CETESB e a Instrução Normativa do IBAMA 01/2013 – Cadastro Nacional dos Resíduos Sólidos.

Indaiatuba

O DMA ministrou palestra aos associados e convidados do Ciesp-Indaiatuba com o objetivo de conscientizar as empresas sobre a necessidade de elaborar um Plano de Contingência para o enfrentamento dos efeitos de uma possível medida de racionamento de água que poderá ser adotada na região que envolve 11 municípios da área de abrangência do CIESP. O DMA deverá apoiar as empresas na elaboração de seus Planos de Contingência.

Bauru

Na reunião do Grupo de Meio Ambiente – GMA do Ciesp-Bauru foram apresentadas informações básicas sobre os procedimentos de remediação de áreas contaminadas no Estado de São Paulo do Manual CETESB, os procedimentos do Licenciamento Ambiental e as propostas para aprimorar os sistemas vigentes, e informações sobre o I Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

São José do Rio Preto

O Grupo de Meio Ambiente – GMA da Diretoria Regional do Ciesp de São José do Rio Preto se reuniu para discutir estratégias para o gerenciamento da escassez de água na indústria, os procedimentos da cobrança pelo uso da água no Comitê de Bacia Hidrográfica Turvo Grande – CBH-TG e as ações a serem desenvolvidas e a participação no CBH-TG.

Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

Campinas

Diretores dos Ciesp e o DMA se reuniram para analisar e discutir a Portaria DAEE 761/2015 que versa sobre as condições e os procedimentos a serem adotados pelos usuários hídricos superficiais estaduais, localizados nas áreas sujeitas às restrições previstas na Resolução ANA/DAEE nº 50/15.

Santa Bárbara d' Oeste

O representante do DMA apresentou os impactos da crise hídrica no setor produtivo e as condições de segurança hídrica no município de Santa Bárbara d'Oeste. A reunião contou com a presença de associados do Ciesp e o Diretor Presidente do Serviço de Saneamento do município.

São José do Rio Preto

A 12ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) na empresa Ullian, contou com a participação do representante do DMA que abordou temas como: estratégias para o gerenciamento da escassez de água na Indústria e a Campanha Água na Medida destacando a eficiência de usar os redutores de vazão nas torneiras da empresa e nas residências dos colaboradores demonstrando que podemos fazer nossa parte na redução do consumo de água.

O DMA participou da reunião de Diretoria do Ciesp – São José do Rio Preto, na qual informou sobre o andamento das atividades do Comitê de Bacia Hidrográfica Turvo Grande – CBH-TG e as ações a serem desenvolvidas.

Marília

O DMA participou da reunião com os representantes do Ciesp de Alta Paulista e Senai, em Marília /SP, para apresentar a Campanha Água na Medida e elaborar um plano de distribuição de redutores de vazão junto à comunidade nas cidades de Marília, Garça e Pompéia.

Comitês de Bacias Hidrográficas - Federais

Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ)

Grupo de Acompanhamento do Plano de Bacias PCJ

O grupo iniciou a discussão e o acompanhamento dos trabalhos para a atualização do Plano de Bacias PCJ, com prazo de conclusão dos trabalhos até dezembro de 2015, assim como, foi finalizado a discussão do Termo de Referência – TR que será o documento base para a licitação pela Agência PCJ da empresa que desenvolverá o Plano de Bacia previsto.

Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

Durante reunião ordinária da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico foram analisados os níveis de abastecimento da região, as ocorrências do mês e as perspectivas para o período de estiagem 2015.

Reunião do Grupo Técnico para análises de empreendimentos

O DMA esteve na Agência PCJ, em Piracicaba/SP, para analisar a proposta da interligação da represa do Jaguari, situada na bacia do Rio Paraíba do Sul do Comitê de Bacias do Paraíba do Sul – CBH-PS, com o reservatório do Atibainha, pertencente ao Sistema Cantareira localizado na área dos Comitês PCJ.

A interligação ou transposição de bacias permitirá o recalque de até 8,5 m³/s da represa Jaguari visando ajudar a recuperar parte do Sistema do Cantareira que é formado pelas represas do Jaguari/Jacareí, Cachoeirinha, Atibainha e Paiva Castro, e no sentido inverso permitirá levar até 12 m³/s.

O DMA recomendou para o órgão ambiental que a SABESP elabore um programa de redução de perdas proporcional ao que será recalcado para o reservatório no PCJ em termos de volume de água, bem como, um programa de recuperação de vegetação ciliar nativa que ajude na recuperação da área de cobertura das barragens e seus respectivos reservatórios que compõe o sistema equivalente. As duas

recomendações, se aceitas, serão acompanhadas pelas Câmaras Técnicas de Monitoramento Hidrológico (CTMH) e Recursos Naturais (CTRN) dos Comitês PCJ.

Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP)

Grupo de Trabalho de Operações Hidráulicas (GTOH)

O grupo de trabalho discutiu a operação do sistema integrado e a proposta de novas regras tendo em vista os cenários hidrológicos.

Comitês de Bacias Hidrográficas - Estaduais

Aguapeí e Peixe (CBH-AP)

Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento

O DMA participou da reunião, onde foi escolhido o novo coordenador da Câmara Técnica para o biênio 2015-2016 e análise preliminar dos projetos para financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), em 2015.

Alto Tietê (CBH-AT)

Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CT-GI)

O DMA participou da 1ª reunião da CT-GI realizada em São Paulo/SP, para eleição do coordenador e relator para a gestão de 2015/2017 e análise dos critérios para indicação de empreendimentos ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) em 2015.

Baixada Santista (CBH-BS)

Câmara Técnica de Planejamento e Gestão (CT-PG)

Na reunião foram apresentados os estudos em andamento da atualização do Plano de Bacia do CBH-BS com destaque ao item "prognósticos" das demandas e disponibilidades hídricas na região.

Baixo Tietê (CBH-BT)

O DMA participou da reunião conjunta dos membros das Câmaras Técnicas do CBH-BT, realizada em Novo Horizonte/SP, para eleição dos Coordenadores das respectivas Câmaras Técnicas e a distribuição e análise dos projetos apresentados pelos proponentes tomadores para utilização dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), em 2015.

Médio Paranapanema (CBH-MP)

Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento

O DMA participou da reunião na qual foi escolhido o novo coordenador da Câmara Técnica para o biênio 2015-2016 e ocorreu análise preliminar dos projetos para financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.

Paraíba do Sul (CBH-PS)

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

Na reunião realizada em Taubaté/SP onde foi discutido a proposta de Relatório de Situação do CBH-PS.

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Reunião Plenária

O DMA participou da reunião de plenária realizada na cidade de Presidente Venceslau/SP, na qual foi deliberado os critérios de pontuação e hierarquização de investimentos dos recursos do Fundo e Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), em 2015.

Grupo de Trabalho da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Alto Curso do Rio Santo Anastácio

O DMA participou da reunião que ocorreu em Presidente Prudente do GT para tratar sobre a criação da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais do Alto Curso do Santo Anastácio.

Rio Grande (CBH-Grande)

Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)

O DMA participou da reunião da CTIL, realizada em Ribeirão Preto/SP, para revisão do Regimento Interno do CBH.

Rio Pardo (CBH-Pardo)

O DMA esteve presente em Ribeirão Preto/SP para participar das eleições dos membros das Câmaras Técnicas do CBH-Pardo para o biênio 2015/2016. O Ciesp de Ribeirão Preto será o representante do setor industrial nas Câmaras Técnicas de: Planejamento e Gerenciamento de Recursos

Hídricos (CT- PGRH); Outorgas e Licenças (CT-OL); Institucional e Legal (CT-IL); Saneamento (CT-San) e de Água Subterrânea (CT-AS).

São José dos Dourados (CBH-SJD)

O CBH-SJD discutiu o programa de ações do novo Plano de Bacia do Comitê de Bacia do São José dos Dourados.

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

Na ocasião foi apresentado o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da obra da SABESP visando a utilização de água do córrego do Jundiuvira, no município de Cabreúva. Este empreendimento prevê a captação de até

150 l/s para ser transposta para a Bacia do Ribeirão Piraí, afluente do Rio Jundiáí, nas Bacias PCJ, tratando-se de uma ou transposição de bacias.

O DMA recomendou a criação de um programa de redução de perdas nos municípios atendidos pela SABESP e um programa de recomposição de vegetação ciliar nativa acompanhado de cronograma de obras ou implementação efetivamente para garantir a execução das recomendações.

Tietê/Batalha (CBH-TB)

O DMA participou da reunião das Câmaras Técnicas do CBH-TB, realizada em Novo Horizonte/SP, para Eleição dos Coordenadores das Câmaras Técnicas, e distribuição e análise dos projetos apresentados pelos proponentes tomadores para utilização dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.

Legislação Ambiental

Diplomas Legais Recentes

Federais

Resolução ANA nº. 205, de 25 de março de 2015 - Dispõe sobre a redução temporária do limite mínimo à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul, e a redução temporária da descarga mínima a jusante dos reservatórios de Paraibuna, Santa Branca e Funil, no Rio Paraíba do Sul, e de Jaguari, no Rio Jaguari.

Portaria Interministerial MMA/MJ/MinC/MS nº 60, de 20 de março de 2015 - Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis (Ibama).

Instrução Normativa FCP nº 1, de 25 de março de 2015 - Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

Instrução Normativa Iphan nº 1, de 25 de março de 2015 - Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

Instrução Normativa Ibama nº 3, de 26 de março de 2015 - Define período de restrição das atividades de construção de estradas, pátios, corte, arraste e transporte

na floresta no período chuvoso, para os Planos de Manejo Florestal Sustentável nas concessões florestais federais.

Projetos de lei (PL)

PEC nº. 13/2015 - Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal, para nele inserir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

PLS nº. 228/2015 - Altera a Lei nº 12.787, de 11/1/2013, para incluir na Política Nacional de Irrigação a promoção do uso racional dos recursos hídricos.

PLS nº. 143/2015 - Altera a Lei nº 9.605, de 12/2/1998, para prever critérios objetivos para a aplicação da pena à pessoa jurídica condenada por crime ambiental o prazo para a eliminação dos lixões e para a implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

PLS nº. 115/2015 - Altera a Lei nº 12.651, de 25/5/2012, para dispor sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

PLS nº. 108/2015 - Altera a Lei nº 11.445, de 5/1/2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico e dá outras providências, para criar incentivos ao uso moderado

da água tratada e ao aproveitamento de águas pluviais e de reuso.

PL nº. 1.109/2015 - Altera a Lei 12.305, de 2/8/2010 e dá outras providências, a fim de proibir o encaminhamento de resíduos de serviço de saúde para a disposição final sem tratamento específico.

PL nº. 1.073/2015 - Acrescenta o § 4º ao art. 54 da Lei nº 9.605, de 12/2/1998 - Lei de Crimes Ambientais - para dispor sobre o crime de poluição sonora.

PL nº. 772/2015 - Altera a redação da Lei 9.985, de 18/7/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências, para estabelecer que os recursos da Compensação Ambiental sejam aplicados no percentual mínimo de 50% no município(s) onde for implantado o empreendimento de significativo impacto ambiental.

PL nº. 747/2015 - Altera a lei nº 11.124, de 16/6/2005, criando novas diretrizes e princípios para o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), Programa Minha Casa minha Vida, e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.433, de 8/1/1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

PL nº. 731/2015 - Altera a Lei nº 11.124, de 16/6/2005, para incluir a sustentabilidade ambiental entre as diretrizes estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), e para dispor sobre a precedência, na utilização dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), dos projetos e programas que demonstrem a sustentabilidade ambiental do empreendimento habitacional.

PL nº 679/2015 - Altera os arts. 54 e 55 da Lei nº 12.305 de 2/8/2010, e dá outras providências.

Estaduais

Lei nº. 15.413, de 9 de maio de 2015 - Dispõe sobre tratamento térmico por cremação de animais mortos provenientes de estabelecimentos de ensino e pesquisa e de assistência à saúde veterinária.

Decreto nº 61.183, de 20 de março de 2015 - Acresce dispositivos ao Decreto nº 61.137, de 26/6/2015, que cria o Comitê Gestor do Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, instituído pelo Decreto nº 60.521, de 5/6/2014.

Decreto nº 61.180, de 20 de março de 2015 - Institui o Programa Estadual de Fomento ao Uso Racional das Águas, destinado a prestar apoio financeiro a ações ambientais visando à conservação e ao uso racional da água.

Decreto nº 61.179, de 20 de março de 2015 - Institui o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável Paulista, a ser implementado com emprego de recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar - FEAP/Banagro.

Decreto nº 61.156, de 5 de março de 2015 - Dá nova redação ao inciso I do artigo 1º do Decreto nº 58.208, de 12/7/2012, que regulamentou a Lei nº 14.687, de 2/1/2012 que institui o Programa pró conexão de subsídio financeiro à população de baixa renda para a realização de obras necessárias à efetivação das ligações domiciliares de esgoto que demandem a execução de ramais intradomiciliares.

Resolução Conjunta SAA/SMA nº 1, de 3 de março de 2015 - Estabelece o apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente à Unidade de Gerenciamento – UGP do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II.

Resolução SMA nº. 19, de 7 de abril de 2015 - Cria o projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais Mata Ciliar, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais.

Resolução SMA nº. 18, de 7 de abril de 2015 - Constitui Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira.

Resolução SAA nº. 9, de 20 de março de 2015 - Constitui Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria da Agricultura e Abastecimento com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e estratégia de implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) das propriedades e imóveis rurais.

Projetos de lei (PL)

PL 417/2015 - Dispõe sobre a aplicação de multa pecuniária para desperdício de água no Estado.

PL 364/2015 - Determina a disponibilização de terminais destinados à recepção de material reciclável para troca por créditos nas passagens dos serviços de transporte estadual.

PL 2/2015 - Regula a distribuição de sacolas plásticas para acondicionamento de mercadorias fornecidas por estabelecimentos comerciais.

PL 356/2015 - Dispõe sobre a inclusão nos projetos arquitetônicos dos órgãos do Estado de sistema para captação da água de chuva.

PL 351/2015 - Dispõe sobre a criação do "PIC Sustentável - Programa de Incentivo a Construção ou Reforma Sustentável de Residências" no âmbito do Estado.

PL 319/2015 - Altera dispositivos da Lei nº 10.019, de 1998 e da Lei nº 15.688, de 2015, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

PL 31/2015 - Altera dispositivos da Lei nº 10.019, de 1998 e da Lei nº 15.688, de 2015, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

PL 225/2015 - Torna obrigatório que instalações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, prestadoras de serviço ou industriais apresentem um plano de uso da água.

PL 212/2015 - Dispõe sobre a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), a elaboração de avaliação de impactos ambientais para licenciamentos e programas de projetos potencialmente causadores de degradação ambiental.

PL 137/2015 - Dispõe sobre a área verde de domínio público em parcelamentos do solo urbano.

PL 42/2015 - Obriga os Municípios a instalarem ecopontos para recebimento de lixo não doméstico.

Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery (APRM – AJ)

A Assembleia Legislativa promulgou a Lei nº 15.790, de 16 de abril de 2015, que dispõe sobre os limites da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery (APRM – AJ). O projeto declara a área como de interesse regional destinada ao abastecimento e foi criada para atender as determinações da Lei Estadual 9.866/97, a qual estabeleceu a necessidade de edição de leis específicas para proteção e recuperação de mananciais. O Alto Juquery é parte do sistema Cantareira, principal sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo e situa-se na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Tietê (UGRHI-06). A APRM-AJ abrange os territórios dos municípios de Caieiras, Franco da Rocha, Mairiporã, Nazaré Paulista e São Paulo.

Destacam-se na lei os seguintes objetivos: disciplinar o uso e ocupação do solo; incentivar a implantação de atividades

compatíveis com a proteção e recuperação do manancial; estabelecer diretrizes e parâmetros de interesse regional para a elaboração das leis municipais de uso, ocupação e parcelamento do solo; garantir as condições necessárias para o atendimento da meta de qualidade de água nos Reservatórios Paiva Castro e Águas Claras.

A Legislação também cria as áreas de Intervenção da APRM-Alto Juquery, as quais estão definidas as diretrizes e normas ambientais e urbanísticas voltadas a garantir a produção da água com qualidade e quantidade suficiente ao abastecimento público.

A minuta de Decreto que irá regulamentar a Lei promulgada será discutida em Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT). O DMA acompanhará as reuniões para elaboração da regulamentação da Lei junto ao CBH-AT.

Normas Técnicas

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comitê Especial de Estudos sobre Compras Sustentáveis (ABNT/CEE 277)

A comissão discutiu os comentários encaminhados sobre o projeto de norma internacional ISO 20400 sobre compras sustentáveis. Foram definidos quais comentários serão encaminhados como comentários brasileiros pela ABNT à ISO. Será realizada nova reunião em maio para análise dos comentários dos demais países e definição do posicionamento da delegação brasileira para a reunião que será realizada em Londres em junho/2015.

Comissão Especial de Resíduos de Serviço de Saúde (ABNT/CEE 129)

O DMA participou da reunião realizada nas dependências da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomercioSP), em que foi discutida a minuta de norma técnica que tratará de assuntos técnicos relacionados ao processo de logística reversa de medicamentos em complemento à discussão do Acordo Setorial em nível nacional.

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT (CB-38)

A seguir são apresentadas as normas em discussão na ISO (TC 207) e nos subcomitês (SC) do CB 38, que evoluíram de estágio.

Amostragem de resíduos sólidos, solos e sedimentos - Análise de compostos orgânicos voláteis (COV) - Procedimento

O 2º projeto 68:000.02-001 - Amostragem de resíduos sólidos, solos e sedimentos - Análise de compostos orgânicos voláteis (COV) - Procedimento, estará em Consulta Nacional em até 11/05/2015.

Controle da qualidade na amostragem para fins de investigação de áreas contaminadas - Procedimento

O 2º Projeto 68:000.08-001 - Controle da qualidade na amostragem para fins de investigação de áreas contaminadas - Procedimento, estará em Consulta Nacional até 11/05/2015.

Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis

Projeto de Emenda ABNT NBR 17505-2 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Parte 2: Armazenamento em tanques, em vasos e em recipientes portáteis com capacidade superior a 3 000 L, estará em consulta nacional até 18/05/2015.

Projeto de Emenda ABNT NBR 17505-4 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Parte 4: Armazenamento em recipientes e em tanques portáteis, estará em consulta nacional até 18/05/2015.

Projeto de Emenda ABNT NBR 17505-5 - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Parte 5: Operações, estará em consulta nacional até 18/05/2015.

Os projetos em consulta podem ser verificados por meio do site www.abntonline.com.br/consultanacional

Rotulagem Ambiental

O DMA realizou reunião com os setores envolvidos para elaboração dos comentários sobre a proposta de portaria do INMETRO, em consulta pública, sobre os Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III – Declaração Ambiental de Produto (DAP).

Casos de Sucesso

Gestão Eficaz e Sustentável de Resíduos



Empresa TOYOTA

A empresa iniciou as suas atividades como montadora de veículos, com a instalação da primeira fábrica brasileira, no bairro do Ipiranga. Uma das únicas fábricas do mundo a manter todas as operações industriais realizadas pela própria empresa, a unidade de São Bernardo permitiu, durante quase quatro décadas de produção, o controle completo de todos os processos, garantindo a qualidade final do produto. A companhia está empenhada em produzir automóveis ambientalmente corretos, reduzindo a emissão de gases nocivos e aprimorando a eficiência do combustível.

Descrição das Medidas Adotadas

A Toyota, visando atender as legislações ambientais, manter a qualidade de vida, desenvolver atividades de minimização de riscos e ser nº1 em desempenho ambiental, desenvolveu os seguintes trabalhos: leito de secagem do lodo da ETE; redução da umidade da borra de tinta da pintura; redução do volume da torta da ETE; reutilização de embalagens; reuso da borra de café; melhoria no

gerenciamento dos resíduos não recicláveis; qualificação das empresas de tratamento de resíduos.

Resultados Ambientais e Econômicos

A medida resultou numa redução de 65% do volume do lodo gerado, o que corresponde a 9620 kg de lodo. Além da redução em R\$ 8273.20 no tratamento do resíduo; Houve uma redução de 11.635 kg/mês de resíduos e R\$10.000,00 no custo de tratamento de borra de tinta; Com a alteração no sistema, alcançou-se uma redução de 14% na geração de resíduos da ETE (antes: 22.130 kg/mês depois: 22.490 kg/mês), além de R\$ 3.130,00 no tratamento do resíduo; foi possível reutilizar as embalagens após a correta limpeza e identificação; com essas atividades implementadas, foi possível reduzir o volume de resíduos destinados para aterro, além de melhorar a coleta seletiva dos setores. Foi reduzido 1.625 kg/ mês de resíduos; Nestes projetos de melhorias na eficiência e operação dos processos possibilitou ganhos ambientais, financeiros e sociais, o seguinte resultado foi obtido: Redução na geração de resíduos: 202.740 kg/ano; redução dos custos de tratamento: R\$ 174.356,40 / ano.



Calendário de Obrigações Ambientais

As empresas devem estar atentas quanto as informações que devem ser encaminhadas periodicamente aos órgãos ambientais e aos prazos para o envio destas informações, evitando multas e penalidades.

Veja a seguir as principais obrigações que devem ser cumpridas até mês de maio de 2015.

Para acessar o calendário de obrigações ambientais completo acesse: www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/obrigacoes-ambientais/

Obrigações que devem ser cumpridas em maio

Prorrogado o prazo para o Cadastro Ambiental Rural - CAR

De acordo com a Portaria MMA nº100/2015, o prazo para inclusão das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi prorrogado até **05 de maio de 2016**.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, mais de 1,4 milhão de imóveis rurais já foram cadastrados em todo o país, o que corresponde a 52,8% da área total passível de regularização por meio do Cadastro, 10% dos cadastros efetuados são do Estado de São Paulo, com aproximadamente 140 mil imóveis cadastrados, 55% do total no Estado.

Instituído pela Lei Federal nº 12.651/2012 do novo Código Florestal, o CAR visa integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais com o objetivo de compor uma base de dados única para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico.

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, com a adesão ao CAR, que é obrigatória, o proprietário poderá participar do 'Programa Nascentes', lançado pelo Governo do Estado de São Paulo para viabilizar a restauração em Área de Preservação Permanente (APP)

além da continuidade do direito de uso consolidado em APP, "desde que a atividade seja anterior a 22 de julho de 2008", entre outras vantagens, caso opte por não fazer o cadastro, o responsável pelo imóvel ficará impossibilitado de obter crédito rural, além de entrar em situação de insegurança jurídica.

Como fazer: Todas as propriedades e posses rurais do Estado de São Paulo devem cadastrar-se somente pelo sistema de Cadastro Ambiental Paulista, o SiCAR-SP (www.ambiente.sp.gov.br/sicar/). Os cadastros realizados através do SiCAR-SP são migrados para o SiCAR nacional automaticamente.

Inventário de Gases de Efeito Estufa

Informamos que, conforme disposto no site da CETESB, o prazo para o envio do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa referente ao ano de 2014 **será alterado**, de 31 de abril de 2015, para meados do segundo semestre, em data a ser informada posteriormente.

(www.cetesb.sp.gov.br/proclima/inventario-de-gee-empresendimentos/466-envio-de-inventario-gee)

Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação Mensal.

Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

